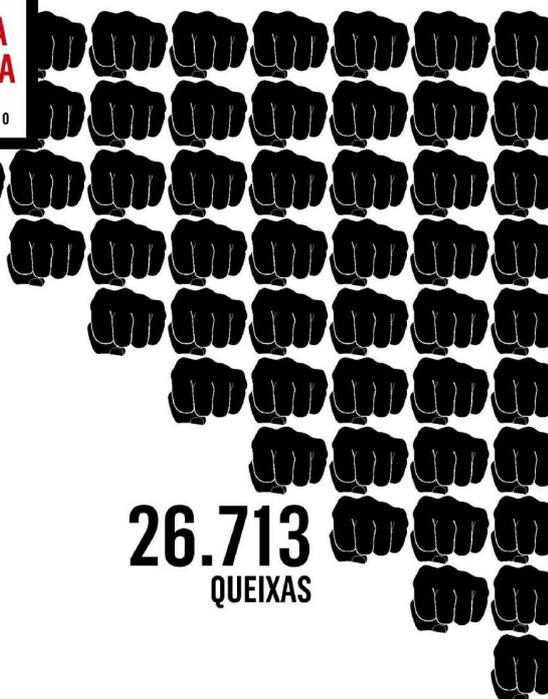




VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
 INVESTIGAÇÃO



A CADA 20 MINUTOS É FEITA UMA NOVA QUEIXA

Em 2018, as denúncias de violência doméstica atingiram um dos valores mais altos de sempre. Governo promete €300 mil para mudar cultura machista junto das crianças

Texto CAROLINA REIS e HUGO FRANCO

No ano passado, a Procuradoria-Geral da República iniciou 29.734 inquéritos por crimes de violência doméstica. São 81 por dia, três por hora, um a cada vinte minutos. É um dos valores mais altos de sempre e representa um aumento de 11% em relação a 2017, ano em que foram apresentadas 26.713 queixas. “É muito positivo que estejam a aumentar as denúncias. É o resultado de campanhas maciças de sensibilização. Espero que não venham a morrer na praia”, diz ao Expresso Helena Martins Leitão, a procuradora que integra o grupo de peritos do Conselho da Europa que acompanha o cumprimento da Convenção de Istambul, no que diz respeito à prevenção e combate à violência contra as mulheres, que Portugal ratificou em 2014.

Mas a maioria dos processos acaba mesmo por não chegar a tribunal. Foi o que aconteceu com a denúncia feita por Sandra Cabrita, mãe da menina de dois anos morta esta semana pelo pai (ver texto ao lado). É uma das 20.990 queixas arquivadas no ano passado.

Em 2017 (último ano para o qual há dados finais, uma vez que todos os processos já foram concluídos), das 26.713 queixas apresentadas apenas 4465 (17%) deram origem a uma acusação do Ministério Público (MP). Dessas, 1457 terminaram em condenação, mas a esmagadora maioria dos agressores ficou com pena suspensa. Só 119 homens foram condenados a prisão efetiva (8%) — ver infografia.

A falta de provas e o facto de as vítimas muitas vezes desistirem de testemunhar em tribunal por medo das represálias são os principais motivos que levam a uma elevada taxa de arquivamento. “As falsas denúncias situam-se entre os 2% e os 3% e são facilmente detetáveis durante a investigação criminal”, assegura Daniel Cotrim, psicólogo e assessor técnico da direção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Numa altura em dispararam as denúncias, subiu também o número de mulheres assassinadas pelos companheiros ou ex-companheiros. No ano passado, depois de três anos consecutivos a descer, os feticídios voltaram a aumentar. Morreram 28 mulheres às mãos dos homens. Este ano, só nos primeiros 40 dias, já foram mortas dez.

Há mais mulheres a ganhar coragem para apresentar queixa e romper com o agressor, o que faz aumentar o nível de violência e risco. Dalila Cerejo, do Observatório Nacional de Vio-

lência e Género (ONVG), lembra que os homicídios no contexto da violência doméstica ocorrem habitualmente depois de as mulheres decidirem romper a “complexa teia de agressões” de que são alvo durante anos. “Não é por acaso que os homicídios surgem na fase de separação e quando os homens perdem os mecanismos de controlo.” Ficar sem a mulher é sentido como um “terramoto” que ameaça a “honra do macho latino”. A especialista traça três perfis de agressores em contexto doméstico e lembra que a grande maioria não tem qualquer distúrbio ou patologia. “Só exercem o seu poder no espaço da casa, da intimidade.” Fora dela, aparentam ser cidadãos comuns.

A violência é fruto de uma cultura patriarcal e machista. “É uma herança da ditadura. Mas está em curso uma mudança. É perigoso o discurso de que há ineficácia no sistema. Isso retira confiança às vítimas. Até tenho medo de pensar qual seria a realidade se nada tivesse sido feito”, diz Sofia Neves, investigadora do Observatório da Violência no Namoro.

GUERRA CIVIL

Elisabete Brasil, do Observatório de Mulheres Assassinadas, salienta que este crime assenta numa grande discriminação que a sociedade ainda legitima, às vezes sem se aperceber. Para inverter a tendência é necessário que se intensifique a aposta na educação. “É a chave, o grande motor para a mudança. Temos de começar a ensinar as crianças na área da igualdade de género, da tolerância, dos Direitos Humanos.” Para a ativista, é urgente fazer um investimento na formação de professores. “As políticas públicas são mais bonitas no papel do que na sua execução.”

Manuel Lisboa, diretor do ONVG, concorda e diz que é precisa uma avaliação mais precisa do que está a ser

feito. “Há melhorias significativas, mas há coisas que têm de ser alteradas para que todo o sistema funcione em rede.” Alertando que há “muitas mulheres que estão a morrer aos poucos”, o sociólogo sublinha que se vive “uma guerra civil quotidiana”. E sublinha que este é um problema “social e cultural” que levará “várias gerações” a ser resolvido.

“Quanto mais cedo for feita a intervenção melhor. Prevenir no namoro é prevenir na idade adulta. A Estratégia Nacional terá de ser avaliada para se saber o que está a funcionar”, sustenta Sofia Neves.

Num ano que começou negro — e obrigou a uma reunião de urgência do Governo com o MP — o Executivo anunciou uma nova equipa técnica multidisciplinar que irá reforçar medidas, já existentes, no âmbito deste crime, como a formação das forças de segurança e dos magistrados ou os sistemas de proteção das vítimas nas 72 horas após a queixa. Será avaliado o impacto das medidas aplicadas aos agressores. Neste momento, cumprem pena 680 reclusos pelo crime de violência doméstica.

Fonte oficial do gabinete da ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, que tutela esta área, adianta que a aposta é “num trabalho de prevenção integrado, que abrange não só ações de sensibilização para crianças e jovens, bem como programas de prevenção”.

O Governo salienta que em 2018 foram formados, ao abrigo de diferentes projetos, mais de dois mil professores e que a disciplina Cidadania e Desenvolvimento, comum a todos os níveis de ensino, tem a igualdade de género, a violência contra as mulheres e a “masculinidade violenta” como temáticas obrigatórias. E foram apoiados 19 projetos na área de violência no namoro em centros educativos e escolas.

creis@expresso.imprensa.pt

Medidas para 2019

Para o primeiro semestre deste ano, o Executivo promete que serão lançadas linhas de financiamento para programas de prevenção e estratégias de apoio a crianças e jovens, no valor de €300 mil. O objetivo é prevenir estereótipos de género, reduzir a violência e intervir “com crianças e jovens que demonstrem sinais de comportamentos violentos ou de serem vítimas”. Estão também previstos €100 mil para projetos que desconstruam noções de “masculinidade” violenta. E está ainda a ser preparada intervenção com crianças e jovens acompanhados e acolhidos na Rede nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, bem como um protocolo de articulação com a Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens.

A guerra que matou Lara

Meses depois de ter sido arquivada a queixa da mãe contra o ex-companheiro, a PSP foi chamada para resolver novo conflito

A PSP voltou a casa de Sandra Cabrita, dois meses depois de a empregada comercial ter desistido da queixa-crime contra o ex-companheiro Pedro Henriques por coação e ameaças agravadas. Foi uma nova discussão por causa da guarda da filha Lara, de dois anos, que levou a polícia a andar no Seixal.

O caso seria sanado sem recurso a tribunal, mas mostra que a paz entre o ex-casal foi efémera. A 20 de janeiro de 2018, Sandra Cabrita tinha ido à PSP de Cruz de Pau para retirar a queixa por ameaças e coação. A mulher ficou com a guarda provisória de Lara e, por estar esperançada de que o ex-companheiro viesse a ter “um comportamento mais correto”, disse à polícia que queria desistir da denúncia que tinha feito em dezembro de 2017.

O procurador encarregado do processo, Joaquim Pedro Pereira, não aceitou a desistência da queixa, já que os crimes de coação e ameaças agravadas são públicos e não dependem de queixa. Mas acabou por arquivar rapidamente a denúncia, alegando não haver “indícios” que sustentassem as suspeitas. Apesar de o caso ter sido classificado de “elevado risco” pela PSP, o procurador argumentou que Sandra Cabrita “não chegou, inclusive, a confirmar a factualidade denunciada” e, além de arquivar o processo, retirou-lhe o estatuto de vítima, impossibilitando qualquer tipo de proteção policial.

Antes de retirar a queixa, Sandra Cabrita disse por duas vezes à PSP que era vítima de violência “psicológica e social” e que sofria “ameaças de morte” que foram estendidas à mãe: “Eu posso não ficar com a menina, mas vocês também não ficam, eu ma-

to-vo, a ti e aos teus pais”, ter-lhe-á gritado o ex-companheiro. Pedro Henriques tinha armas de fogo, roubou a Sandra cartões de crédito e chegou a raptar a filha durante 20 minutos no shopping do Seixal enquanto a mãe se encontrava a levantar dinheiro no Multibanco.

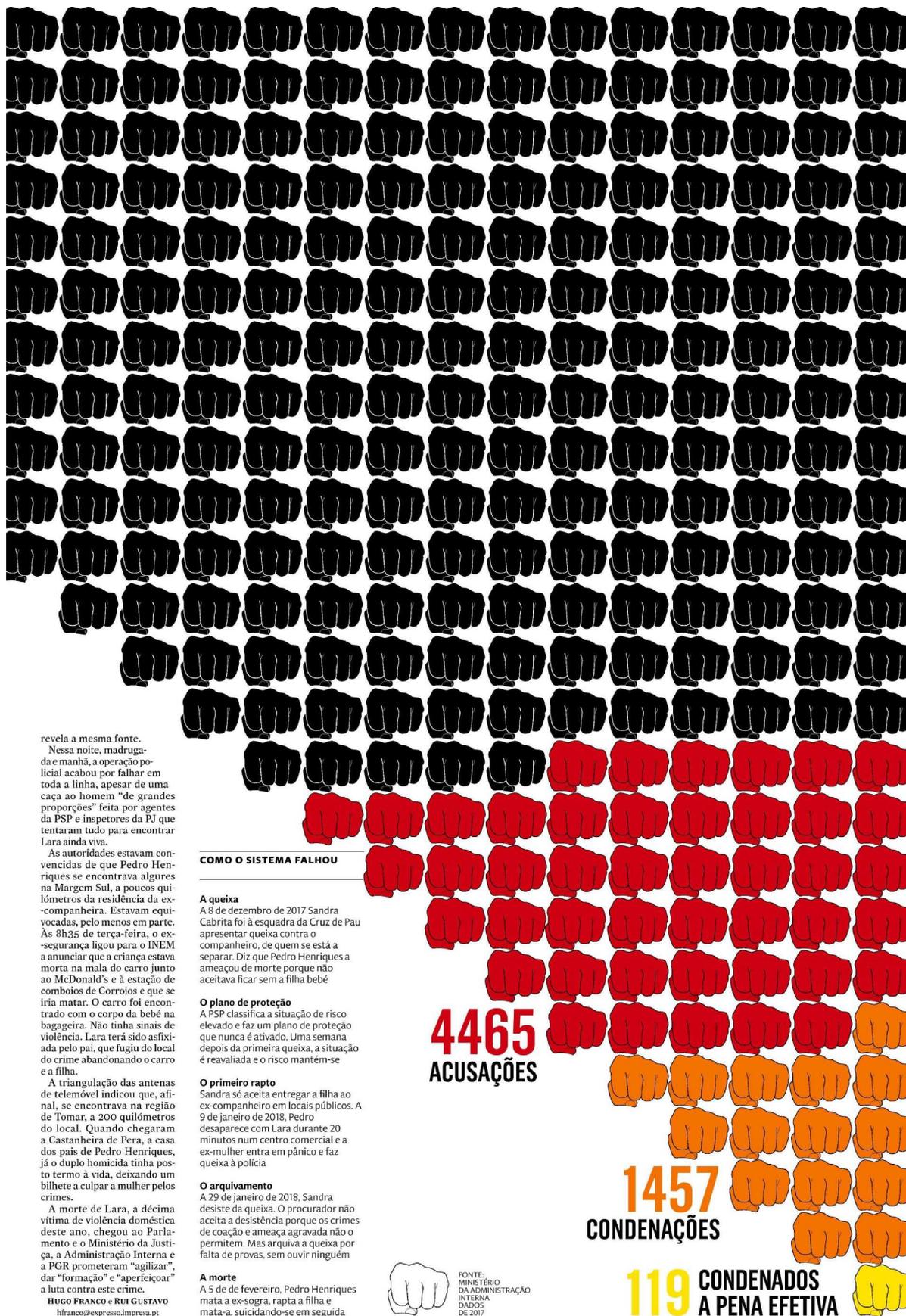
Perante este cenário, a polícia criou um plano de segurança à mulher que, no entanto, nunca chegou a entrar em ação.

Um ano depois, e numa altura em que a guarda da criança continuava a ser discutida no Tribunal de Família, Pedro Henriques matou a ex-sogra na passada segunda-feira, após mais uma discussão no momento em que entregava a criança.

No início do ano passado, o Ministério Público retirou a Sandra o estatuto de vítima, impossibilitando qualquer medida de proteção policial

Nessa mesma noite, Sandra Cabrita e o pai refugiaram-se durante três horas na esquadra de Cruz de Pau. “Ela sabia que Pedro ia matar a filha por temer perder o caso em tribunal. Estava aterrorizada”, conta uma fonte policial.

A mulher estava igualmente revoltada com o rumo que o caso estava a tomar no Tribunal da Família e Menores do Seixal. Sandra queria ficar com a filha em regime de exclusividade, alegando que o ex-companheiro não tinha condições psicológicas e monetárias para tomar conta de Lara. Mas os argumentos não pareciam estar a surtir efeito. “Garantiu que o juiz desvalorizava sistematicamente tudo o que que dizia”,



revela a mesma fonte. Nessa noite, madrugada e manhã, a operação policial acabou por falhar em toda a linha, apesar de uma caça ao homem "de grandes proporções" feita por agentes da PSP e inspetores da PJ que tentaram tudo para encontrar Lara ainda viva.

As autoridades estavam convencidas de que Pedro Henriques se encontrava algures na Margem Sul, a poucos quilómetros da residência da ex-companheira. Estavam equipadas, pelo menos em parte. Às 8h35 de terça-feira, o ex-segurança ligou para o INEM a anunciar que a criança estava morta na mala do carro junto ao McDonald's e à estação de comboios de Corroios e que se iria matar. O carro foi encontrado com o corpo da bebé na bagageira. Não tinha sinais de violência. Lara terá sido asfixiada pelo pai, que fugiu do local do crime abandonando o carro e a filha.

A triangulação das antenas de telemóvel indicou que, afinal, se encontrava na região de Tomar, a 200 quilómetros do local. Quando chegaram a Castanheira de Pera, a casa dos pais de Pedro Henriques, já o duplo homicida tinha posto termo à vida, deixando um bilhete a culpar a mulher pelos crimes.

A morte de Lara, a décima vítima de violência doméstica deste ano, chegou ao Parlamento e o Ministério da Justiça, a Administração Interna e a PGR prometeram "agilizar", dar "formação" e "aperfeiçoar" a luta contra este crime.

HUGO FRANCO e RUI GUSTAVO
 hfranco@expresso.imprensa.pt

COMO O SISTEMA FALHOU

A queixa
 A 8 de dezembro de 2017 Sandra Cabrita foi à esquadra da Cruz de Pau apresentar queixa contra o companheiro, de quem se está a separar. Diz que Pedro Henriques a ameaçou de morte porque não aceitava ficar sem a filha bebé

O plano de proteção
 A PSP classifica a situação de risco elevado e faz um plano de proteção que nunca é ativado. Uma semana depois da primeira queixa, a situação é reavaliada e o risco mantém-se

O primeiro rapto
 Sandra só aceita entregar a filha ao ex-companheiro em locais públicos. A 9 de janeiro de 2018, Pedro desaparece com Lara durante 20 minutos num centro comercial e a ex-mulher entra em pânico e faz queixa à polícia

O arquivamento
 A 29 de janeiro de 2018, Sandra desiste da queixa. O procurador não aceita a desistência porque os crimes de coação e ameaça agravada não o permitem. Mas arquiva a queixa por falta de provas, sem ouvir ninguém

A morte
 A 5 de fevereiro, Pedro Henriques mata a ex-sogra, rapta a filha e mata-a, suicidando-se em seguida

4465
 ACUSAÇÕES

1457
 CONDENAÇÕES

119 CONDENADOS
 A PENA EFETIVA

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA DADOS DE 2017